

PROCUREMENT PÚBLICO E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

04 de Setembro de 2023 | Edição nº 3 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

O lado oculto do Sustenta:

Consultores contratados pelo FNDS sonegaram impostos orçados em 16.7 milhões de meticaís

– Bancos comerciais e empresas de turismo abocanharam 1, 2 mil milhões do Sustenta

Por: Aldemiro Bande, Egas Jossai, Gift Essinalo, Zanele Chilundo

Resumo

Contrariamente ao que é divulgado oficialmente pelo Executivo, o Sustenta está repleto de irregularidades financeiras, que envolvem altos funcionários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, entidade responsável pela sua implementação, bem como dezenas de consultores e empresas contratadas no seu âmbito. Uma investigação realizada em parceria entre o CIP e o Mídia Lab (ML) expõe a verdade por detrás de um dos maiores investimentos agrícolas dos últimos 10 anos no país. O projecto foi concebido pelo Governo de Moçambique com apoio financeiro do Banco Mundial e tem como objectivo transformar a economia rural. Este texto, a que se vão seguir outros, apresenta evidências concretas de um desvio milionário no Sustenta, orquestrado a partir do FNDS, enquanto os gestores do programa permanecem em convívência silenciosa. Além disso, revela os beneficiários ocultos do programa, indivíduos que prometeram melhorar a renda das famílias rurais mas que acabaram se beneficiando indevidamente dessa iniciativa.

Introdução

O programa Sustenta, uma das iniciativas mais destacadas do Governo de Filipe Nyusi, está cercado de transgressões financeiras que contradizem a narrativa de sucesso propagada pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, Celso Correia, nos seus discursos e aparições na imprensa¹. No entanto, longe dos holofotes e da retórica triunfalista, os gestores do Sustenta têm sido responsáveis por desvios milionários dos fundos do programa, sem qualquer prestação de contas, prejudicando claramente os recursos públicos.

Num destes esquemas, aproximadamente 30 consultores, contratados pelo FNDS, abocanharam cerca de 17 milhões de meticaís de impostos que, nos termos da Lei, deveriam ser deduzidos dos seus honorários e repassados ao Estado. Alguns destes consultores são altos funcionários do FNDS, entidade responsável pela gestão e implementação do programa Sustenta.

O desvio foi possível por meio de declaração de impostos abaixo do montante exigido por Lei para o tipo de serviços prestados pelos consultores. Alegaram que os seus honorários eram provenientes de actividades de pequeno porte, cujo facturamento anual, por volume, deveria ser igual ou inferior a 2.5 milhões de meticaís, sujeito a uma taxa de 3% de Imposto sobre Pequenos Contribuintes (ISPC), de acordo com a lei. No entanto, documentos consultados pela equipa de investigação mostram que os honorários pagos aos consultores variam de 2.7 a 5.8 milhões de meticaís anuais, acima do máximo estabelecido pela Lei do ISPC. Isso significa que os consultores deveriam ter pago o Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS), correspondente a 20% do seu rendimento anual.

1 Cfr. *SUSTENTA: Celso Correia considera os resultados inspiradores*. Disponível em <https://miramar.co.mz/videos/fala-mocambique/sustenta-celso-correia-considera-os-resultados-inspiradores-02-09-2022-8478>

No entanto, agindo à margem da Lei, e com a conivência silenciosa dos gestores do FNDS, cada consultor contratado pelo programa Sustenta pagou apenas 3% em impostos, privando o Estado de cerca 17 milhões de meticaís.

O Sustenta é um programa nacional de desenvolvimento agrário concebido pelo Governo de Moçambique com o objectivo de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, integrando agricultores familiares em cadeias produtivas de valor. Lançado oficialmente em 2020, após uma experiência piloto realizada nas províncias da Zambézia e de Nampula, entre 2017 e 2019, o Sustenta é financiado pelo Banco Mundial por um valor de cerca de 150 milhões de dólares, fora do Orçamento do Estado.

Embora o Sustenta esteja sendo publicitado como um programa estratégico para o desenvolvimento da agricultura e uma das iniciativas mais bem-sucedidas do sector agrário nos últimos 10 anos, a narrativa de sucesso, justificada pelo crescimento histórico da produção na safra 2020/2021, contrasta com os inúmeros problemas enfrentados na gestão do programa. Alguns desses problemas, como pagamentos indevidos por parte dos gestores do FNDS e adendas excessivas aos contratos, foram recentemente reportados pela imprensa². No entanto, uma investigação do CIP e do ML³ apurou que, para além dos casos já relatados, uma série de transgressões financeiras, ligadas ao Sustenta, permanecem ocultas ao público. A evasão de milhões de meticaís em impostos pelos consultores contratados no âmbito do programa é apenas um desses casos.

Este texto fornece evidências detalhadas sobre os desvios milionários no programa Sustenta, orquestrados a partir do FNDS sob o silêncio cúmplice dos seus gestores de topo e do Ministério Público. Além disso, revela que o programa, concebido para transformar a economia rural, está repleto de irregularidades e vícios, contrastando com a narrativa de sucesso presente no discurso oficial.

Os corredores de um saque milionário: como consultores do Sustenta sonegaram 17 milhões em impostos

Em 2021, cerca de 30 consultores contratados pelo FNDS para prestar serviços no quadro do programa Sustenta, sonegaram aproximadamente 17 milhões de meticaís em impostos. Embora uma organização da sociedade civil tenha feito menção ao caso, recentemente, não foram fornecidos detalhes sobre os montantes, as pessoas envolvidas e os contornos do esquema que privou o Estado de milhões de meticaís.

Os consultores foram contratados pelo FNDS para prestar serviço em diversas áreas como *procurement*, comunicação, infraestruturas, transferência de conhecimento, finanças, terra e ambiente. De acordo com documentos consultados pela equipa de investigação, os honorários anuais dos consultores neste período variam de 42 mil a 90 mil dólares norte-americanos, o equivalente a valores que variam de 2.7 a 5.8 milhões de meticaís. Por exemplo, Isménio Chitata, consultor contratado para a posição de chefe operacional do Sustenta, recebeu de honorários 5.8 milhões de meticaís. Adamo Yossuf, outro consultor contratado para a posição de especialista de comunicação, chegou a facturar 4.7 milhões de meticaís em honorários no mesmo período.

Estes consultores deveriam pagar impostos equivalentes a 20% da sua renda anual, conforme exigido por lei. O chefe operacional do Sustenta, por exemplo, deveria ter pago 1.1 milhão de meticaís, no entanto pagou apenas 176 mil meticaís. Evitou, portanto, o pagamento de mais de 1 milhão de meticaís em impostos. O mesmo ocorre com o especialista de comunicação que deveria ter pago impostos no valor de 942 mil meticaís, mas apenas deduziu 141 mil meticaís dos seus honorários, privando o Estado de mais de 800 mil meticaís em receitas.

Saques milionários semelhantes a esse ocorreram com frequência em 2021 e foram possíveis porque os consultores do Sustenta alegaram que os seus honorários estavam relacionados a actividades de pequena escala, onde o volume de negócios anual deve ser igual ou inferior a 2.5 milhões de meticaís, sujeitos ao pagamento de 3% de Imposto sobre Pequenos Contribuintes. No entanto, os honorários pagos aos consultores variam de 2.7 a 5.8 milhões de meticaís por ano, excedendo o limite estabelecido por lei.

Os consultores deveriam ter pago o Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS), equivalente a 20% do valor, nos termos do n.º2 do artigo 57 da Lei 33/2007 de 30 de Dezembro. No entanto, eles optaram por pagar apenas 3% de impostos sobre os seus honorários, apropriando-se, indevidamente, de aproximadamente 17 milhões de meticaís que deveriam ter sido retidos nos cofres do Estado.

2 **Evidências** (2023) *FNDS é um saco azul e chega a executar projectos sem aval do Banco Mundial*. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=FNDS+%C3%A9+um+saco+azul+e+chega+a+executar+projectos+sem+aval+do+Banco+Mundial&form=ANNTHT1&refig=05920f46dcd74c85a844a69b5d6c6d53>. (Consultado a 24. Agosto. 2023)

3 **Mídia Lab** – Fundado em 2017, o Mídia Lab é uma organização não-governamental moçambicana que se dedica ao treinamento de jovens jornalistas emergentes em técnicas de investigação jornalística e no fortalecimento dos órgãos de comunicação social locais através da formação contínua dos seus profissionais e. O ML é membro da Rede Global de Jornalismo Investigativo. Cfr. <https://gijn.org/member/midia-lab-mozambique/>.

O silêncio do Ministério Público

Apesar de o esquema de sonegação de impostos ter sido detectado pelo Tribunal Administrativo (TA), em 2022, o Ministério Público, que é titular da acção penal, não moveu ainda nenhum processo-crime contra os consultores que privaram o Estado de impostos, orçados em 17 milhões de meticais, nem sobre os gestores do FNDS que encobriram o esquema. A sonegação de impostos constitui infracção tributária e pode ocorrer de diferentes formas, como seja a omissão de bens e recursos na declaração do imposto de renda ou falsificação de informações na declaração do imposto de renda, para pagar menos, como é o caso dos consultores contratados no âmbito do Sustenta, ou simplesmente não pagar⁴.

Com efeito, tendo o TA constatado estas infracções tributárias durante a auditoria às contas do Sustenta, deveria ter denunciado junto ao Ministério Público, nos termos do disposto no artigo 47 da Lei 15/2002, de 26 de Junho.

Algumas infracções tributárias constatadas pelo TA foram cometidas com dolo, sendo aplicável a pena de prisão maior de 2 a 8 anos, nos termos do n.º 3 do artigo 4 da Lei 15/2002, de 26 de Junho. O relatório de auditoria do TA referiu que sonegação de impostos pelos consultores indicia enriquecimento sem causa, apropriação e uso indevido dos descontos e fuga ao fisco.

No entanto, o silêncio do Ministério Público constitui uma verdadeira “lufada de ar fresco” para os implicados.

Quem são os consultores do Sustenta que sonegaram milhões em impostos?

A equipa de investigação analisou o perfil dos consultores do programa Sustenta envolvidos no esquema de sonegação de impostos e constatou que eles são, na sua maioria, funcionários públicos, alguns ocupando posições cimeiras no FNDS, no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e no Ministério da Terra e Ambiente. Esta secção apresenta os nomes, os rostos, os cargos que ocupam e as conexões de 10 dos cerca de 30 consultores que, no exercício fiscal de 2021, privaram o Estado de cerca de 17 milhões de meticais em impostos.



Isménio Armando Chitata – é quadro sénior do FNDS e sonegou 1, 1 milhão de meticais

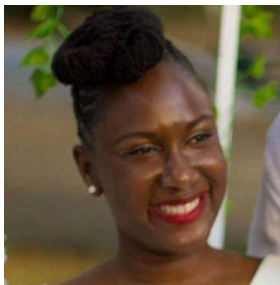
Contratado para a posição de chefe operacional do Sustenta, ocupa a primeira posição no top 10 dos consultores mais bem pagos pelo FNDS. Em 2021 recebeu honorários anuais avaliados em 90 mil dólares norte-americanos, o que corresponde a 5.8 milhões de meticais.

Isménio Chitata é coordenador do FNDS, entidade que o contratou, como consultor para a posição de chefe operacional do programa Sustenta. Este senhor, a quem o Governo confiou a responsabilidade de coordenar o FNDS e o programa mais emblemático da governação de Filipe Nyusi, privou o Estado de 1.1 milhão de meticais em impostos. Chitata possui mestrado em Liderança de Negócios e reivindica ser especialista em agricultura e gestão de recursos naturais e agronegócios. Deve ao Estado moçambicano 1.1 milhão de meticais em impostos.

Remígio Timbrine - quadro sénior do Ministério da Terra e Ambiente, sonegou 800 mil meticais

Com honorários anuais orçados em 72 mil dólares norte-americanos, Remígio Timbrine, contratado para a posição de especialista de Terras, ocupa o segundo lugar no top 10 dos consultores mais bem pagos pelo FNDS. Timbrine deveria ter pago 942.7 mil meticais em impostos, mas pagou apenas 141 mil meticais, privando o Estado de 801 mil meticais de impostos.

Timbrine é agrónomo e quadro do Ministério da Terra e Ambiente onde ocupa o cargo de especialista de Terras desde 2015. Também trabalhou como especialista do *Farmer Input Support Program* do *Millenium Challenge Account* na Zambézia e Nampula, entre 2009 e 2013. Este consultor deve ao Estado moçambicano 800 mil meticais de impostos.



Tânia Paco – Gestora de Projectos no FNDS, sonegou 801 mil meticais em impostos

Contratada como especialista de Salvaguardas Ambientais, pelo FNDS, Tânia Paco é uma das consultoras que mais facturou em 2021, com honorários anuais avaliados em 72 mil dólares. Deveria ter pago impostos no valor de 942 mil meticais ao Estado, mas pagou apenas cerca de 142 mil meticais. Assim, Tânia Paco apropriou-se de 801 mil meticais que deveriam ser retidos nos cofres públicos. Tânia Paco tem mais de 10 anos de experiência no sector do ambiente, com passagens pelo sector privado, sociedade civil e entidades públicas. Esta consultora deve ao Estado moçambicano 801 mil meticais em impostos.

⁴ Cfr. Artigo 41 da Lei 15/2002, de 26 de Junho, Lei n.º 15/2002, de 26 de Junho, Lei que estabelece os princípios de organização do Sistema Tributário da República da Moçambique e institui o Regime Geral de Infracções Tributárias.



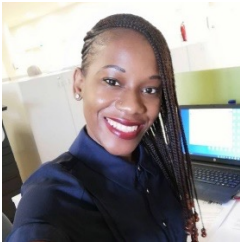
Dania Falcão – quadro sénior do FNDS, sonegou 734 mil meticais em impostos

Contratada pelo FNDS para posição de gestora da *Match Grants Unity* (MGU), com honorários anuais 66 mil dólares norte-americanos, aproximadamente 4.3 milhões de meticais, Dania Maria Falcão ocupa a terceira posição no top 10 dos consultores mais bem pagos em 2021. Dos seus honorários deveriam ter sido descontados 864 mil meticais, mas a consultora pagou apenas 129 mil meticais. Falcão é responsável pela coordenação da Divisão Financeira do FNDS. Anteriormente Dania ocupou o cargo de chefe do Departamento de Florestas do Fundo de Desenvolvimento Agrário. Possui formação em Economia de Desenvolvimento. Esta senhora, a quem o Governo confiou a gestão financeira do FNDS, deve ao Estado moçambicano 734 mil meticais em impostos.



Zaliyate Mussa – funcionária da SGS, deve ao Estado 667 mil meticais em impostos.

Zaliyate é oficial de operações bancárias na empresa SGS. Foi contratada como especialista de *procurement* pelo FNDS. Em 2021 recebeu 60 mil dólares norte-americanos de honorários pelos serviços prestados no quadro do Programa Sustenta. Deveria ter pago 785 mil meticais ao Estado. Contudo, a especialista pagou apenas 141 mil meticais. Assim, a consultora privou o Estado moçambicano de 667 mil meticais em receitas fiscais.



Tânia Matsinhe – é gestora financeira, com passagem pelo Fundo de Estradas. Deve 667 mil meticais em impostos ao Estado;

Foi contratada pelo FNDS como gestora financeira. Em 2021 recebeu 60 mil dólares de honorários, dos quais deveriam ser descontados 785 mil meticais em impostos. No entanto esta consultora pagou apenas 141 mil meticais de impostos. Tânia Matsinhe deve ao Estado moçambicano 667 mil meticais.



Dalfino Hoster Guila – quadro do MADER, faz parte do círculo íntimo de Celso Correia, sonegou 614 mil meticais em impostos;

Dalfino Guila desempenha a função de assessor do ministro de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Celso Ismael Correia, e é, por conseguinte, membro do Conselho Consultivo do Ministério da Agricultura.

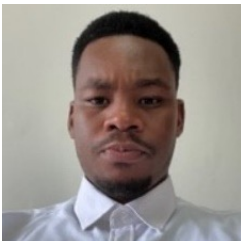
Foi contratado pelo FNDS como assessor MGU, tendo recebido 55 mil dólares de honorários em 2021. Deveria ter pago de 722 mil meticais de impostos, no entanto pagou somente 108 mil meticais. Guila é militante da Frelimo. Em 2015, candidatou-se à eleição do secretário-geral da Organização da Juventude de Moçambique (OJM) braço juvenil do partido Frelimo, donde saiu derrotado. Este consultor deve ao Estado moçambicano 614 mil meticais em impostos.



Josefa Sing Sang foi directora provincial da indústria e comércio em Sofala, sonegou 667 mil meticais.

Foi contratada pelo FNDS para a posição de coordenadora provincial da Unidade de Implementação do Projecto (PIU) em Sofala, num processo bastante suspeito. Em 2021, Josefa recebeu de honorários 60 mil dólares, dos quais deveriam ser descontados 785 mil meticais em impostos. No entanto, a consultora pagou apenas 117 mil meticais de impostos, sonegando cerca de 668 mil meticais em impostos.

Josefa Sing Sang é formada em ciências jurídicas pelo Instituto Superior Politécnico e Universitário. Foi directora provincial da Indústria e Comércio na província de Sofala. Esta senhora deve ao Estado moçambicano cerca de 668 mil meticais em impostos.



Simões Benvindo Cuinica – engenheiro ambiental, sonegou 460 mil meticais em impostos

Cuinica foi contratado pelo FNDS como assistente de salvaguardas ambientais. Em 2021 facturou 42 mil dólares de honorários. Deveria ter pago cerca 550 mil meticais em impostos, mas pagou apenas 82 mil meticais, tendo sonegado 467 mil meticais. É licenciado em Engenharia do Ambiente pela Faculdade de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane e trabalhou como especialista ambiental para o sector privado. Este consultor deve ao Estado moçambicano 467 mil meticais em impostos.



Abel Adriano Joia – Assistente de Florestas e Recursos Naturais no FNDS, sonogou 467 mil meticais em impostos

Em 2021, Abel Adriano Joia foi contratado pelo FNDS como consultor no âmbito do Sustenta. Recebeu de honorários 42 mil dólares, dos quais deveria ter descontado 549 mil meticais de impostos. No entanto, o consultor pagou apenas 82 mil meticais, sonogando, assim, 467 mil meticais em impostos.

Abel Adriano Joia é mestre em Gestão de Negócios pela UCM. Nos últimos dez anos trabalhou em zonas rurais na área de desenvolvimento rural e mobilização comunitária. Este consultor deve ao Estado moçambicano 467 mil meticais em impostos. Para além destes, outros cerca de vinte consultores, contratados no quadro do Sustenta, sonogaram impostos, conforme ilustra a tabela.

Tabela 1. Consultores contratados pelo FNDS e valor de imposto sonogados.

Tabela 3 – Relação dos Honorários cujos Impostos foram sonogados Nome	Posição	Rendimento USD			Taxa de Câmbio Médio (C)	Contravalor (D) = (B) * (C)		ISPC Descontado (E) = (D) * 3%		IRPS2 que deveria ter sido descontado (F) = (D) * 20%		Imposto sonogado (G) = (F) - (E)
		Mensal (A)				Anual (B)						
Abdul Hage Antonio	Assistente de Cadeia de Valor (NPL)	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Abel Adriano Joia	Assistente de Recursos Naturais	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Adamo Youssuf	Especialista de Comunicação	6.000,00	72.000,00	65,47	4.713.840,00	141.415,20	942.768,00	801.352,80				
Alexandre G. Momade Atumane	Assistente de Infraestruturas (NPL)	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Bonomar Alifa	Oficial de Finanças de MGU	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Celso Maleane	Especialista de Infraestruturas	4.000,00	48.000,00	65,47	3.142.560,00	94.276,80	628.512,00	534.235,20				
Dalino Hoster Guila	Assessor MGU	4.600,00	55.200,00	65,47	3.613.944,00	108.418,32	722.788,80	614.370,48				
Danielo J. Carlos Singano	Assistente de Terras	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Edson José Mabuto	Assistente de Recursos Naturais	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Emília Marlene Dias do Fone	Assessora MGU	4.400,00	52.800,00	65,47	3.456.816,00	103.704,48	691.363,20	587.658,72				
Falcão	Gestora MGU	5.500,00	66.000,00	65,47	4.321.020,00	129.630,60	864.204,00	734.573,40				
Felice António	Especialista de Procurement	4.000,00	48.000,00	65,47	3.142.560,00	94.276,80	628.512,00	534.235,20				
Felicidade Muocha	Coordenadora do Projecto Sustenta -	5.000,00	60.000,00	65,47	3.928.200,00	117.846,00	785.640,00	667.794,00				
Isménio Chitata	Chefe Operacional do SUSTENTA	7.500,00	90.000,00	65,47	5.892.300,00	176.769,00	1.178.460,00	1.001.691,00				
Ivone Semente Mavanga	Especialista de Monitoria e Avaliação	5.500,00	66.000,00	65,47	4.321.020,00	129.630,60	864.204,00	734.573,40				
Joaquim Labiano Gatinala	Especialista em Transferência de	3.850,00	46.200,00	65,47	3.024.714,00	90.741,42	604.942,80	514.201,38				
José Chambale	Assistente de Terras	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Jose Manuel Goncalo	Coordenador do Projecto Sustenta -	5.000,00	60.000,00	65,47	3.928.200,00	117.846,00	785.640,00	667.794,00				
Josefa Sing Sang	Coordenadora da PIU- Sofala	5.000,00	60.000,00	65,47	3.928.200,00	117.846,00	785.640,00	667.794,00				
Nilton Cuihane	Analista Financeiro de MGU	4.200,00	50.400,00	65,47	3.299.688,00	98.990,64	659.937,60	560.946,96				
Paulo Teixeira	Especialista de Ligações de Mercado para	3.850,00	46.200,00	65,47	3.024.714,00	90.741,42	604.942,80	514.201,38				
Remigio Timbrine	Especialista de Terras	6.000,00	72.000,00	65,47	4.713.840,00	141.415,20	942.768,00	801.352,80				
Simões Benvido Cuinica	Assistente de Salvaguardas Ambientais e	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Susartino Baptista Palege	Assistente de Infraestruturas (Zamb.)	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Tania Janisse Paco	Especialista de Salvaguardas Ambientais	6.000,00	72.000,00	65,47	4.713.840,00	141.415,20	942.768,00	801.352,80				
Tânia Matsinha	Gestora Financeira	5.000,00	60.000,00	65,47	3.928.200,00	117.846,00	785.640,00	667.794,00				
Ventura Samuel Ngovene	Assistente de Cadeia de Valor (Zamb.)	3.500,00	42.000,00	65,47	2.749.740,00	82.492,20	549.948,00	467.455,80				
Zalijate Mussa Emamo da Graça	Especialista de Procurement	5.000,00	60.000,00	65,47	3.928.200,00	117.846,00	785.640,00	667.794,00				
Total		125.400,00	1.504.800,00	1.833,16	98.519.256,00	2.955.577,68	19.703.851,20	16.748.273,52				

Fonte: Tribunal Administrativo (2022) - Relatório da Auditoria de Regularidade Ao Projecto De Gestão Integrada De Agricultura E Recursos Naturais –ANLMP, (SUSTENTA)

Não foi apenas a sonogação de impostos

A sonogação de impostos é um de vários problemas identificados nas demonstrações financeiras do programa Sustenta, segundo revelam documentos consultados pelo CIP. Mesmo nos casos em que houve declaração de impostos pelos consultores, muitos destes não chegaram a ser canalizados aos cofres do Estado. Pelo menos cerca de 3 milhões de meticais, descontados de honorários dos consultores pelo FNDS, não foram canalizados à recebedoria da Fazenda em 2021, conforme constatou o Tribunal Administrativo.

Os beneficiários ocultos do Sustenta: mais de 1,2 mil milhões de MT foram para bancos Comerciais e Empresas de Turismo

No âmbito do projecto SUSTENTA, o Banco Mundial assinou um acordo de financiamento de cerca de 140 milhões de USD com a República de Moçambique. Segundo o Tribunal Administrativo, até finais de 2019 havia sido desembolsado 50% do valor e no ano de 2020 foi desembolsado um valor adicional de 15.3 milhões de USD.

O acordo tinha como objectivo, entre outras coisas, a implementação de um fundo de Garantia Parcial de Crédito com o objectivo de reduzir a exposição ao risco das instituições financeiras participantes para cobrir as necessidades de financiamento do Pequeno Agricultor Comercial Emergente (PACES) e das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), incluindo a contratação de um provedor de serviços financeiros para actuar como gestor do fundo. Entretanto, apesar de o acordo não prever participação de bancos comerciais nem pagamentos a empresas de turismo, documentos consultados pela equipa de investigação revelam que o Moza Banco, o Millennium BIM, o Banco Nacional de Investimento (BNI), instituição pública de crédito para o desenvolvimento, e diversas empresas que actuam no ramo do turismo, beneficiaram, de forma ilícita, do dinheiro alocado ao projecto SUSTENTA. Esta secção mostra como o projecto SUSTENTA, aparentemente concebido para estimular a economia rural, serviu para drenar fundos para entidades e individualidades a si alheias, no período de 2019 a 2020.

Mais de 94.9 milhões de MT desaparecidos no BNI

Em 2019 o BNI recebeu cerca de 94.9 milhões de MT que seriam alegadamente usados para financiar os planos de negócios dos Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACES). No entanto, uma auditoria do Tribunal Administrativo, realizada em 2020, constatou que o BNI nunca chegou de transferir o montante para os PACES. As transferências aos PACES foram todas feitas pelo Banco de Moçambique. Em 2020, o Tribunal Administrativo solicitou ao FNDS a lista nominal dos PACES que teriam recebido financiamento via transferências do BNI. No entanto, na lista que foi fornecida pela entidade não constava nenhuma transferência realizada pelo BNI aos PACES, em 2019. Pelo contrário, naquele ano todos os PACES tinham recebido financiamentos por meio da Conta n.º 005072601005, do Banco de Moçambique.⁵ Mesmo após o Tribunal Administrativo ter constatado casos de transferências indevidas de valores para bancos comerciais, por parte do FNDS em 2019, contrariando o acordo de financiamento firmado com o Banco Mundial, a entidade voltou a realizar transferências similares em 2020 para outros bancos comerciais. Segundo observou o Tribunal Administrativo, estas irregularidades indiciam “deficiências sérias de controlo” na gestão dos fundos do programa Sustenta.

O banco do Banco de Moçambique encaixou 1.1 mil milhões de MT do SUSTENTA

Outro banco que beneficiou de transferências indevidas no quadro do Sustenta foi o Moza Banco. Em 2020, o FNDS deixou de efectuar transferências aos PACES via BNI e celebrou um contrato com o Moza Banco no valor de 1.1 mil milhões de meticais para que este banco passasse a ser responsável pelo financiamento dos planos de negócios dos PACES, contrariando novamente, o acordo firmado com o Banco Mundial que não prevê “financiamento dos PACES por via dos bancos comerciais”⁶. O FNDS apenas substituiu o BNI pelo Moza, mantendo-se o problema. A justificação dada pela entidade para esta substituição foi a de que “o BNI é um banco de investimento, com pouca representatividade de cobertura a nível dos distritos” e que o Moza Banco se mostrou como a melhor opção para intermediação financeira do SUSTENTA, dada a “representatividade de agências bancárias a nível dos distritos de implementação” do programa⁷. Entretanto, a participação do Moza Banco no projecto SUSTENTA é deveras problemática devido a dois factores: *primeiro* o critério para a selecção do banco nunca esteve claro, dado que o projecto não previa a participação de bancos comerciais no processo de financiamento dos PACES, mas sim subsidiar os bancos comerciais para a aplicação de taxas de juros subsidiadas às PMEs, como é o caso do BNI e; *segundo* o Moza Banco tem como accionista a Kuhanha, sociedade pertencente ao Banco de Moçambique, uma das entidades responsáveis para fazer as transferências de recursos financeiros aos bancos comerciais elegíveis a participação no projecto. Nem o Orçamento do Estado (OE) escapou dos efeitos do SUSTENTA. O Moza Banco também recebeu cerca de 9 milhões de MT do Orçamento do Estado para a gestão da Linha de Crédito, contrariando o memorando que estabelecia, para o efeito, o recurso aos valores dos reembolsos dos créditos dos PACES⁸. Segundo observou o Tribunal Administrativo, esta transferência configura desvio de aplicação e séria deficiência de controlo na gestão dos fundos do Sustenta.

⁵ Tribunal Administrativo (2021) Relatório da Auditoria De Regularidade Ao Projecto De Gestão Integrada De Agricultura E Recursos Naturais – ANLMP, (SUSTENTA).

⁶ Tribunal Administrativo (2021) Relatório da Auditoria De Regularidade Ao Projecto De Gestão Integrada De Agricultura E Recursos Naturais – ANLMP, (SUSTENTA).

⁷ Tribunal Administrativo (2021) Relatório da Auditoria De Regularidade Ao Projecto De Gestão Integrada De Agricultura E Recursos Naturais – ANLMP, (SUSTENTA).

⁸ Tribunal Administrativo (2021) Relatório da Auditoria De Regularidade Ao Projecto De Gestão Integrada De Agricultura E Recursos Naturais – ANLMP, (SUSTENTA).

Millennium BIM encaixou do SUSTENTA mais de 11.9 milhões de MT

Documentos consultados pela equipa de investigação mostram que a conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) domiciliada no Millennium BIM recebeu reembolsos dos PACEs e não fez o devido reencaminhamento ao Tesouro Público⁹. O projecto SUSTENTA previa reembolso do financiamento através do Banco Millennium BIM (BIM) por forma a garantir a continuidade do projecto. No entanto, segundo constatou o Tribunal Administrativo, o dinheiro recebido dos reembolsos nunca chegou ao Tesouro Público, o que demonstra “ineficácia do plano de refinanciamento com os valores do reembolso”

Mais de 10 milhões de MT do SUSTENTA serviram para financiar empresas de turismo

Apesar de o objectivo do financiamento integrar os agregados familiares rurais na agricultura sustentável e nas cadeias de valor de base agrícola e florestal, os fundos do SUSTENTA foram usados para financiar empresas do turismo, através de pagamentos a hotéis, *Lodges*, restaurantes, bares, *guest houses*, etc, num valor que totaliza mais de 10 milhões de MT. Conforme se pode evidenciar da tabela 1, a aplicação dos valores do projecto a objectos não elegíveis consubstancia numa ilegalidade, pelo que é necessária a responsabilização. A captura do SUSTENTA por entidades não ilegíveis e legíveis pode resultar, não somente no fraco desempenho do projecto, como também na redução do nível de confiança por parte de doadores que financiam projectos em diversas áreas.

Tabela 2: Empresas de turismo que se beneficiaram dos fundos do SUSTENTA.

Empresas Aprovadas	Provincia	Distrito	Grant aprovado	Desembolso 1
Restaurante e Guest House Arquipélago das Quirimbas_Ibo	C. Delgado	IBO	1 067 800,00	355 934,00
Restaurante Sukiri na Munyu	C. Delgado	IBO	371 680,00	185 840,60
Ibo Lodge	C. Delgado	IBO	1 449 038,40	480 013,16
Guest House Casa Das Garças Ibo	C. Delgado	IBO	1 414 228,00	471 409,36
Mozibo_Guest House_Ibo	C. Delgado	IBO	653 465,60	326 733,33
Mozibo_Oficina de Artesanato Ibo	C. Delgado	IBO	529 105,60	264 552,81
Guest House Cinco Portas	C. Delgado	IBO	755 764,00	377 882,00
Mwani House	C. Delgado	IBO	1 304 655,82	417 980,36
Dade Camping	C. Delgado	IBO	403 260,00	102 320,68
Guest House J.E.S. Trading (Miti Miwiri)	C. Delgado	IBO	1 087 844,00	326 615,20
Restaurante e Campismo Associação Kissongosawi	C. Delgado	IBO	213 915,20	213 915,20
Benjamim Restaurante	C. Delgado	IBO	135 000,00	135 000,00
Bar e Restaurante Chico's Places	C. Delgado	IBO	55 260,00	55 260,00
Karibundi	C. Delgado	IBO	102 320,00	102 320,00
Restaurante e Loja de Artesanato Kumawe Ibo Coffee	C. Delgado	IBO	112 035,20	112 035,20

Fonte: Tribunal Administrativo (2021) Relatório da Auditoria de Regularidade ao Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais – ANLMP, (SUSTENTA).

⁹ Tribunal Administrativo (2021) Relatório da Auditoria De Regularidade Ao Projecto De Gestão Integrada De Agricultura E Recursos Naturais – ANLMP, (SUSTENTA).

O Caso Josefa Sing Sang: como o FNDS contratou consultora sem perfil

Segundo documentos consultados pela equipa de investigação, a manipulação dos processos de contratação pública é uma das irregularidades bastante comuns no quadro do programa Sustentá. A contratação de Josefina Sing Sang para o cargo de coordenadora da Unidade de Implementação do Projecto (PIU), na província de Sofala, encaixa neste padrão: uma consultora que sem preencher os requisitos mínimos é seleccionada num concurso público cercado de vícios.

Em 2020, o FNDS lançou o concurso n° 36/FNDS/UGEA/20 para a contratação de consultores para a coordenação da PIU na província de Sofala. Segundo os termos de referência do concurso, consultados pela equipa de investigação, os requisitos eram os seguintes: i) licenciatura em áreas de Agricultura, Economia Agrária, Gestão, Ambiente Floresta ou Desenvolvimento; ii) pelo menos 5 anos de experiência na coordenação de projectos de agricultura, comércio, ligações de mercados, desenvolvimento comunitário e trabalho com o sector privado; iii) experiência de trabalho em projectos financiados pelo Banco Mundial e; iv) fluência em português, escrito e falado, e conhecimentos de inglês e diversas línguas locais (Vide Anexo I).

Participaram do concurso quatro candidatos, nomeadamente: António Luís Júnior, licenciado em Administração e Gestão de Empresas; Michel de Oliveira Matola, licenciado em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastres; Valentina Issa, licenciada em Agronegócios e Desenvolvimento; e, por último, Josefina Sing Sang, licenciada em Ciências Jurídicas.

Entretanto, o FNDS contratou para o cargo de Coordenadora da PIU de Sofala Josefina Sing Sang, licenciada em Ciências jurídicas, contrariando os termos de referência que exigiam dos concorrentes formação nas áreas de Agricultura, Economia Agrária, Gestão, Ambiente, Floresta ou Desenvolvimento (Vide Anexo II). Entre os candidatos reprovados, quase todos possuíam formação superior na área exigida nos termos de referência (Vide Anexo I). Mas, ainda assim, o FNDS insistiu na contratação de uma consultora que não possuía os mínimos requisitos.

Segundo documentos consultados pela equipa de investigação, um dos membros da comissão de avaliação do concurso, Ercílio Zimba, não assinou o Relatório de Avaliação, o que adensa suspeitas de irregularidades no processo de contratação (Vide Anexo I). Além disso, o Tribunal Administrativo constatou que nos documentos do concurso não consta o Curriculum Vitae da senhora Josefa Sing Sang. “Este facto pretere o ponto 1.10, 1.19 das Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores para Projectos Financiados por Empréstimos do Bird e Créditos e Doações da AID”¹⁰, constatou o Tribunal Administrativo.

Segundo apurou o CIP, Josefa Sing Sang desempenhou o cargo de directora provincial da indústria e comércio na província de Sofala. Em 2021 a consultora facturou 3.9 milhões de meticais de honorários pela prestação de serviços de consultoria ao FNDS.

Conclusão

Volvidos mais de dois anos da sua implementação, a nível nacional, o Sustenta, projecto público que aparentemente poderia transformar a economia rural, apresenta-se como um palco de contrastes. Por detrás da narrativa de sucesso embasada nas estatísticas oficiais de crescimento da produção registado na safra 2020/2021, escondem-se sérias transgressões financeiras e demais irregularidades na gestão e implementação do programa. Os casos revelados nesta investigação confirmam muitos dos questionamentos iniciais levantados pelo CIP e por alguns actores da sociedade sobre a transparência e integridade do Sustenta, mas que, ao longo da implementação do programa, foram abafados pela retórica triunfalista presente no discurso oficial.

No entanto, os casos aqui apresentados são apenas alguns exemplos de uma série de irregularidades ligadas ao Sustenta que por muito tempo permaneceram ocultos ao público. As implicações destes casos na execução do programa e nos cofres públicos são marcadamente notáveis, sobretudo tratando-se de uma iniciativa financiada com empréstimos *off budget* que deverão ser pagos através dos impostos dos cidadãos.

Apesar desses casos terem sido anteriormente constatados pelo Tribunal Administrativo, em dois relatórios de auditoria, não houve, ainda, nenhum processo-crime instaurado pelo Ministério Público, na qualidade de titular da acção penal, contra os implicados nos casos arrolados. Pelo que, recomenda-se:

Recomendações

Ao Ministério Público:

- Tornar públicas as fases do processo de investigação às irregularidades financeiras constatadas no âmbito do programa Sustenta;
- Responsabilizar administrativa e criminalmente os implicados nos escândalos financeiros e demais irregularidades relacionadas com a execução do Sustenta.

Referências

Evidências (2023) FNDS é um saco azul e chega a executar projectos sem aval do Banco Mundial. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=FNDS+%C3%A9+um+saco+azul+e+chega+a+executr+projectos+sem+aval+do+Banco+Mundial&form=ANNTH1&refig=05920f46dcd74c85a844a69b5d6c6d53>

Tribunal Administrativo (2021) Relatório da Auditoria De Regularidade Ao Projecto De Gestão Integrada De Agricultura E Recursos Naturais – ANLMP, (SUSTENTA).

Tribunal Administrativo (2022) Relatório da Auditoria De Regularidade Ao Projecto De Gestão Integrada De Agricultura e Recursos Naturais – ANLMP, (SUSTENTA).

Anexo I.
Contratação de Coordenador Provincial PIU Sofala – Sustenta

Tabela 1: Lista de Candidatos

Concurso Público nº 36/FNDS/UGEA/20 - Contratação do Coordenador Provincial PIU Sofala SUSTENTA				
Nº.	Nome	Contacto	Formacao	Endereco
1	António Luis Rodrigues Júnior	846411313/827411313/863922878-antoniorodriguesjr37@gmail.com	Licenciado em Administração e Gestão de Empresas	Maputo
2	Michel Boaventura de Oliveira Matola	843390220 /863390222 /823390220 – michelmatola@gmail.com	Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastre	Maputo
3	Valentina Bombeu Issa	826752700/848755396/863120585-bissa45@gmail.com	Licenciatura em Agronegocios.Desenvolvimento	Provincia de Niassa
4	Josefa Sing Sang	824369610/871171976 - jsingsang@hotmail.com	Licenciatura em Ciências Jurídicas	Provincia de Sofala
Critérios de Avaliação: (i) Licenciatura em áreas de Agricultura, Economia Agrária, Gestão, Ambiente, Floresta e/ou Desenvolvimento Rural (ii) Pelo menos 5 anos de experiência na coordenação de projectos de agricultura, comércio, ligações de mercados, desenvolvimento comunitário e trabalho com o sector privado. (iii) Experiência de trabalho em projectos financiados pelo Banco Mundial será uma vantagem; (iv) Fluência em português, escrito e falado, conhecimento de inglês e diversas línguas locais será uma vantagem.				
Avaliador A -	Assintura:	<i>Cidália Rose de Jesus</i>	Data	20/ 4/ 21
Avaliador B -	Assintura:	<i>Alone</i>	Data	22/ 4/ 21
Avaliador C -	Assintura:		Data	/ /

Avaliação Individual

Concurso Público nº 36/FNDS/UGEA/20 - Contratação do Coordenador Provincial PIU Sofala SUSTENTA				Avaliador C				
Nº.	Name	Contacto	Formação	Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4	Total
				20	50	20	10	100
1	António Luis Rodrigues Júnior	846411313/827411313/863922878-antoniorodriguesjr37@gmail.com	Licenciado em Administração e Gestão de Empresas	20	33	10	10	73
2	Michel Boaventura de Oliveira Matola	843390220 /863390222 /823390220 – michelmatola@gmail.com	Licenciatura em Engenharia Ambiental e Gestão de Desastre	20	22	10	10	62
3	Valentina Bombeu Issa	826752700/848755396/863120585-bissa45@gmail.com	Licenciatura em Agronegocios.Desenvolvimento Rural e Extensao	20	35	10	10	75
4	Josefa Sing Sang	824369610/871171976 - jsingsang@hotmail.com	Licenciatura em Ciências Jurídicas	20	45	10	10	85
Avaliador C: Ereflio Zimba Assintura				Data: / /				
Critérios de Avaliação: (i) Licenciatura em áreas de Agricultura, Economia Agrária, Gestão, Ambiente, Floresta e/ou Desenvolvimento Rural (ii) Pelo menos 5 anos de experiência na coordenação de projectos de agricultura, comércio, ligações de mercados, desenvolvimento comunitário e trabalho com o sector privado; (iii) Experiência de trabalho em projectos financiados pelo Banco Mundial será uma vantagem; (iv) Fluência em português, escrito e falado, conhecimento de inglês e diversas línguas locais será uma vantagem.								

Anexo 2
Diploma da Consultora Josefina Sing Sang

REPÚBLICA DE  MOÇAMBIQUE

INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO E UNIVERSITÁRIO
DIPLOMA
GRAU DE LICENCIADO

EU Luizencio Joaquim da Costa Rosário
REITOR DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO E UNIVERSITÁRIO:
FAÇO SABER QUE Josefa Sing Sang
FILHO DE António Sing Sang
E DE Luícia Pedro Constantino Perino
NATURAL DE Beira TENDO FREQUENTADO A ESCOLA SUPERIOR
DE Ciências Jurídicas e Sociais DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO E UNIVERSITÁRIO
CONCLUIU COM ÊXITO O CURSO DE LICENCIATURA EM Ciências Jurídicas
TENDO-LHE SIDO CONFERIDO AOS 16/09/06 O GRAU DE LICENCIADO EM Ciências Jurídicas
dicas COM A CLASSIFICAÇÃO DE 13 (Tuzé) VALORES.

PELO QUE, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS EM VIGOR, LHE MANDEI PASSAR O PRESENTE DIPLOMA.
INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO E UNIVERSITÁRIO, EM Maputo, 16 de Setembro de 2006

O DIRECTOR ACADÉMICO Gloria Saalbach O REITOR Luizencio

T-2/14
1295



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autores: Aldemiro Bande, Egas Jossai, Gift Essinalo, Zanele Chilundo

Revisão de pares (CIP): Borges Nhamirre e Edson Cortez

Revisão de Pares (Mídia Lab): Rui Lamarques

Revisão linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique